

A língua de sinais e a construção da identidade surda: cultura, educação e inclusão social

Maria Silvia Pereira¹

Clarice Fabiano Costa Palavissini²

Shirley Voigt Ribeiro dos Santos³

Raquel dos Santos Vieira⁴

Maria Daniela Mendes⁵

Resumo: Este estudo analisa a relação entre a língua de sinais e a identidade surda, explorando como a língua de sinais impacta a comunicação e a cultura dentro da comunidade surda. A língua de sinais tem um papel central na construção e expressão da identidade Surda. É de nosso interesse, abordar as características da língua de sinais, sua importância no cotidiano dos surdos e como ela transmite aspectos da cultura surda, bem como os impactos na autoimagem ao que se refere às relações sociais. Para tal, esse estudo utilizar-se-á da revisão bibliográfica para subsidiar nosso tema. Pois compreendemos que a Língua de Sinais emerge não apenas como um meio de comunicação, mas também como um componente essencial na formação e expressão da identidade surda. Portanto, nosso estudo possibilitará uma reflexão quanto a riqueza e a complexidade dessa comunidade. Assim sendo, a Língua de Sinais não é um sistema de comunicação alternativo, mas sim a manifestação da diversidade linguística e cultural da comunidade surda na comunicação com a comunidade ouvinte.

Palavras-chave: Pertencimento; Diversidade; Aprendizagem sociocultural; Formação familiar.

¹ Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais, Mestra, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: maria.pereira81@unioeste.br

² Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais. Doutoranda em Educação em Ciências e Educação Matemática - PPGECM/Unioeste. E-mail: clarice_fc@hotmail.com

³ Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais. Mestranda, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, E-mail: asishirley@gmail.com

⁴ Professora, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, E-mail: rakeledi@gmail.com

⁵ Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais e Professora. Mestranda, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, E-mail: danimendes13091981@gmail.com

Sign language and the construction of deaf identity: culture, education and social inclusion

Abstract: This study analyzes the relationship between sign language and deaf identity, exploring how sign language impacts communication and culture within the deaf community. Sign language plays a central role in the construction and expression of Deaf identity. It is of our interest to address the characteristics of sign language, its importance in the daily lives of deaf people and how it transmits aspects of deaf culture, as well as the impacts on self-image with regard to social relationships. To this end, this study will use a bibliographic review to support our theme. Because we understand that Sign Language emerges not only as a means of communication, but also as an essential component in the formation and expression of deaf identity. Therefore, our study will enable reflection on the richness and complexity of this community. Therefore, Sign Language is not an alternative communication system, but rather the manifestation of the linguistic and cultural diversity of the deaf community in communication with the hearing community.

Keywords: Belonging. Diversity. Sociocultural learning. Family formation.

Introdução

A comunidade surda é composta por pessoas que compartilham a Língua de Sinais (LS) como meio principal de comunicação. Abrangendo pessoas surdas de nascimento, aquelas que perderam a audição ao longo da vida e pessoas ouvintes conhecedoras da língua de sinais. Assim, desenvolvemos por meio de consultas bibliográficas, caracterizando qualitativamente, investigações sobre o entroncamento entre a língua de sinais e a identidade surda, bem como a influência da LS na comunicação e cultura da comunidade surda.

A cultura surda é compreendida incluindo suas normas, valores e tradições transmitidas por meio da LS, a qual a tem como língua de

herança transmitida naturalmente entre os surdos. Perlin e Miranda (2003, p. 218), apontam que:

Ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual que significa a utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A necessidade do intérprete de tecnologias de leitura (Perlin e Miranda, 2003, p. 218).

A Língua de Sinais carrega consigo uma história evidenciada pelo uso de gestos e sinais em várias culturas ao longo dos séculos. Sistemas de comunicação gestual em todo o mundo foram desenvolvidos pelas comunidades surdas. Por se tratar de uma língua e não de uma linguagem, segundo Do Nascimento e De Araújo (2021), o que difere é que a linguagem é o mecanismo usado para transmitir nossas ideias e pode ser tanto de forma verbal quanto não verbal. Portanto, o desenvolvimento formal da Língua e sua estrutura passa a ser analisada como prioritária para a pessoa surda.

Para Vygotsky (2000), a aprendizagem é um processo social que impulsiona o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ela ocorre por meio da interação com o outro, sendo a linguagem o principal instrumento de mediação nesse processo.

A língua de sinais usada pela comunidade surda é uma língua visual-espacial considerada a primeira língua do sujeito surdo. Respeitando que esta é composta por sinais manuais, expressões faciais e corporais que transmitem significados e conceitos (Quadros, 2019).

Segundo Saussure (1987), a língua pode ser compreendida como um sistema de signos que estrutura a forma como percebemos e organizamos o mundo ao nosso redor. A partir dessa perspectiva, compreende-se que a LS não é apenas um instrumento de comunicação para a comunidade surda, mas uma linguagem plena e autônoma, capaz de constituir pensamento, cultura e identidade. Assim, a LS assume um papel central na construção subjetiva do sujeito surdo, sendo elemento

estruturante de sua vivência social e de sua forma de compreender a realidade.

Nessa perspectiva, este estudo busca explorar como a língua de sinais influencia não apenas a comunicação cotidiana, mas também a formação do sujeito e suas relações sociais com o mundo. Além disso, destaca que a ausência de acesso precoce à língua de sinais pode comprometer o desenvolvimento cognitivo, o qual evidencia a importância da Libras como primeira língua no processo de mediação simbólica, conforme apontado por Vygotsky (2000), cujas teorias sobre linguagem e pensamento fundamentam diversas pesquisas na área da surdez.

A Construção da Identidade no viés da Cultura Surda no Brasil

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida no Brasil por meio da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que deu legitimidade aos movimentos surdos que por muito tempo reivindicavam seu direito linguístico (Brasil, 2002). Segundo Skliar (1998) a língua de sinais de natureza visual e gestual, possuem características estruturais próprias, distintas das línguas orais, como o uso do espaço com valor sintático e a simultaneidade gramatical, elementos que evidenciam sua legitimidade como línguas naturais e completas, e não inferiores.

Cada país ou região possui sua língua de sinais, como por exemplo a *American Sign Language* (ASL), nos Estados Unidos ou a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Brasil. De modo que as línguas de sinais, possuem gramática e estrutura próprias, o que difere as LS das línguas orais é a sua modalidade visual-espacial, composta pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico (Muncinelli, 2013).

Ao examinar como a LS reflete a identidade surda é que pesquisadores procuram entender melhor como os surdos se percebem e são percebidos dentro de suas próprias comunidades e na sociedade em geral, quanto a utilização da língua de sinais. Nesse sentido, Quadros (1997), afirma que:

A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As Línguas de Sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as ideias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. [...] Pensar sobre surdez requer penetrar no ‘mundo dos surdos’ e ‘ouvir’ as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a Língua de Sinais (Quadros, 1997, p.119).

A língua de sinais é muito mais do que um sistema de comunicação para a comunidade surda, ela é um pilar fundamental na construção da identidade, cultura e expressão dos indivíduos surdos.

Para os sujeitos surdos, a língua de sinais constitui o principal meio de mediação simbólica e de interação com o mundo. Por meio dela, constroem significados, desenvolvem sua cognição e compreendem a realidade de forma própria e singular. Essa interação social, mediada pela Libras, é fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e para a constituição da identidade surda, conforme defendem autores como Vygotsky (2000), Dizeu e Caporali (2005), que destacam a centralidade da linguagem e da experiência cultural no desenvolvimento humano.

De acordo com Cromack (2004), a constituição da identidade surda vai além da deficiência sensorial: ela emerge em um campo de disputas simbólicas, sociais e políticas, sendo a linguagem, especialmente a língua de sinais, um elemento estruturante da subjetividade surda. Nessa linha, Dizeu e Caporali (2005) reforçam que o acesso à Libras desde a infância é decisivo para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e cultural do sujeito surdo.

Perlin e Strobel (2014), asseveram que a identidade surda é construída a partir de experiências sociais e culturais, sendo moldada pela forma como o sujeito se insere e se reconhece na cultura surda e em suas representações simbólicas. Através da Língua de Sinais, os sujeitos surdos expressam suas emoções, pensamentos e vivências, consolidando sua forma particular de perceber e se relacionar com o mundo.

Skljar (1998, p. 48) afirma que “compreender a surdez como diferença significa reconhecer politicamente essa diferença”, defendendo a

superação do modelo clínico-terapêutico e a valorização da surdez como identidade cultural e linguística. Nessa perspectiva, o autor propõe o modelo bilíngue/bicultural como caminho legítimo para a inclusão educacional dos sujeitos surdos.

Martins e Araújo (2024, p. 31) reforçam esse entendimento ao afirmarem que “o bilinguismo de surdos, baseado na sua cultura e identidade, é o caminho validado pela comunidade surda há anos e que continua ganhando força e espaço na legislação e literatura especializada”. Essa valorização se reflete na Lei nº 14.191/2021, que reconhece a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, consolidando um modelo educacional mais justo, plural e alinhado às especificidades culturais da comunidade surda.

Apesar de sua importância, a língua de sinais e a cultura surda ainda enfrentam diversos desafios. Rocha e Oliveira (2022, p. 14) ressaltam que “uma das maiores dificuldades a serem superadas em âmbito mundial, de um modo geral, é a compreensão de que a diferença é o que constitui o ser humano”.

Rocha e Pasian (2023), ao analisarem os 20 anos da Lei de Libras, apontam que, embora o reconhecimento legal tenha sido um marco importante, os desafios relacionados à efetivação do direito à educação bilíngue ainda persistem. Os autores destacam a carência de profissionais capacitados, a implementação insuficiente de escolas bilíngues e a falta de políticas de formação continuada como entraves que dificultam o acesso pleno à educação em Libras. Esses fatores revelam a necessidade de um esforço contínuo do Estado na consolidação de políticas públicas que, de fato, promovam a inclusão linguística e cultural dos surdos.

Autores como Perlin (2014), Dizeu e Caporali (2005) e Cromack (2004) destacam que a constituição do sujeito surdo ocorre de forma distinta, sendo influenciada por fatores linguísticos, sociais, culturais, educacionais e familiares. O contato com a Libras e com a comunidade surda favorece a construção de uma subjetividade positiva e o fortalecimento da identidade surda.

A língua de sinais é uma poderosa ferramenta de inclusão social. Ela permite que os surdos participem ativamente da sociedade, expressando suas opiniões, desejos e necessidades. Além disso, a língua de sinais promove a compreensão e o respeito pela diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os Desafios e os Avanços da Comunidade Surda: Língua de Sinais, Cultura e Inclusão

A preservação da língua e da cultura surda depende de esforços conjuntos da comunidade surda, das famílias, das instituições educacionais e do poder público. Essa articulação é essencial para que a Libras seja promovida como direito linguístico e cultural, e não apenas como meio de acessibilidade. Para Strobel (2008), a cultura surda é constituída coletivamente por práticas visuais e narrativas específicas, sendo a escola e a família agentes fundamentais nessa transmissão.

Por meio dela é que o conhecimento e práticas culturais específicas, como poesia, humor e narrativas visuais, são transmitidos à comunidade surda. Autores da comunidade surda como por exemplo, Strobel (2008, p. 76) “trata da cultura surda como um conjunto de práticas específicas, incluindo poesia sinalizada, teatro surdo, narrativas visuais e humor em Libras. Considerando que a cultura surda valoriza as formas narrativas não verbais que são compartilhadas coletivamente e se expressa fortemente por meio do visual”.

Além disso, desempenha um papel importante na construção de uma identidade coletiva, unindo os surdos em torno de uma história comum e de uma luta compartilhada por reconhecimento e inclusão. A teoria de Vygotsky (2000) é fundamental para compreender como a língua de sinais influencia o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos surdos. Assim, a língua de sinais não só facilita a comunicação, mas também fortalece a coesão social e a resistência cultural da comunidade surda, garantindo que suas vozes e experiências sejam preservadas e valorizadas.

Vygotsky defende que o aprendizado constitui um aspecto essencial e universal do desenvolvimento humano, promovendo a formação das funções psicológicas superiores por meio da linguagem e da mediação social (Vygotsky, 2000). Nesse sentido, ocorre por meio da interação social, e o desenvolvimento do indivíduo é resultado de suas relações com o mundo e com as pessoas ao seu redor, contribuindo com o desenvolvimento cognitivo e psicológico é mediado pela interação social e pela cultura, destacando que o aprendizado não ocorre de forma isolada, mas sim em um contexto de relações e trocas com o meio social.

Em complemento, Skliar (1998, p. 148), aponta a complexidade das relações, bem como as interligações sociais e as diferenças de outras comunidades com a possibilidade de comunicação oral, destacando que as pessoas surdas necessitam das experiências visuais e da língua de sinais para uma comunicação satisfatória.

Segundo Florindo (2015), se faz importante garantir a acessibilidade e a comunicação à pessoa surda, no que refere ao uso de sua língua, estabelecendo a sua interação com o mundo na estruturação de seus pensamentos.

Assim, analisando este aspecto da valorização da diversidade linguística e cultural das pessoas surdas, em que todas as pessoas têm a oportunidade de se expressar e serem compreendidas, nos indagamos se, a promoção de uma sociedade mais inclusiva prove, também, do uso da língua de sinais?

Esta comunidade sempre se dispõe no enfrentamento de preservar e promover sua língua e cultura em sociedades, perante uma comunicação oral predominante. Contudo, acontecimentos levaram à supressão da identidade linguística e cultural dos surdos em momentos históricos como no Congresso de Milão em 1880. Sendo que após, debates e votações, a decisão tomada pelos professores ali reunidos foi de que o método oralista puro era por eles considerado o mais adequado para ser utilizado na educação dos surdos (Baalbaki e Caldas, 2011).

De modo que Perlin e Strobel (2014, p. 18):

Destacam que a história cultural pode muito bem ser adotada como campo de investigação da história dos surdos, por ser este um novo campo de saber, o que mais precisamente produz outros modos de relações de poder, bem como de signos de cultura, como: as negociações, investidas pela língua de sinais, pela educação, pela diferença de ser, por agrupamentos de lutas e reivindicações, por associações investidas pela língua de sinais, pela educação, pela diferença de ser, por agrupamentos de lutas e reivindicações, por associações.

Pois, a língua de sinais por ser um dos principais elementos que definem a cultura surda, permite que a pessoa surda e ouvinte, tenham

uma expressão dinâmica, capaz de transmitir nuances emocionais e culturais únicas.

Nesta perspectiva, para a comunidade surda a língua de sinais não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um símbolo de identidade e pertencimento. Através dela, os surdos compartilham histórias, tradições e valores, fortalecendo os laços comunitários e preservando sua cultura.

Do Silêncio ao Protagonismo: Como a Família e a Educação Moldam a Identidade Surda

A formação familiar e a educação desempenham um papel fundamental nesse processo. Segundo Dizeu e Caporali (2005, p. 591) “é imprescindível para essa criança e para sua família que o contato com a língua de sinais seja estabelecido o mais rápido possível.”. De modo que, pais e responsáveis valorizam e promovem o uso da língua de sinais, pois estas contribuem para o desenvolvimento de indivíduos surdos confiantes e capazes de assumir lideranças em suas comunidades. A família, como primeira esfera de socialização, desempenha um papel crucial na formação da identidade e no desenvolvimento psíquico e linguístico da criança. O ambiente familiar pode influenciar positivamente ou negativamente o crescimento de seus membros, dependendo da qualidade das relações e interações estabelecidas. “Para as crianças surdas, a presença de uma comunicação eficaz com seus familiares é vital para evitar sentimentos de isolamento e marginalização” (Santos e Barrios, 2024, p. 428).

Por outro lado, a falta de suporte familiar e educacional pode resultar em uma identidade fragilizada e em dificuldades de integração social. A família, enquanto primeiro espaço de convivência, exerce papel fundamental na formação dos valores, atitudes e hábitos que sustentam o desenvolvimento humano. Segundo Libâneo (2001), a educação ocorre em diferentes espaços sociais, sendo a família o primeiro ambiente em que se estabelecem os vínculos afetivos e as primeiras interações sociais, constituindo os alicerces do desenvolvimento cognitivo, emocional e cultural do indivíduo.

De modo semelhante, Libâneo (2001) reconhece que a família é o primeiro espaço de convivência e aprendizagem, exercendo influência direta na formação de valores, atitudes e hábitos fundamentais para o desenvolvimento humano. No mesmo sentido, Perlin e Strobel (2014)

destacam que o ambiente familiar, quando acessível e afetivo, favorece o desenvolvimento emocional e a constituição da identidade dos sujeitos surdos, proporcionando condições para que construam vínculos, compreendam o mundo ao seu redor e se reconheçam como parte de uma cultura. A emoção e a interação nas primeiras fases da infância são, portanto, elementos essenciais nesse processo.

Através das relações familiares, a criança aprende valores, normas, comportamentos e formas de comunicação que serão fundamentais para sua inserção no meio social e para os surdos, ela tem um papel ímpar. Pais que aprendem e utilizam a língua de sinais com seus filhos surdos criam um ambiente de comunicação eficaz e afetivo, que favorece o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Além disso, a família pode ser um agente de promoção da cultura surda, ajudando a preservar e transmitir os valores e tradições da comunidade. No entanto, quando a família não está preparada ou não valoriza a língua de sinais, os surdos podem enfrentar dificuldades de comunicação e isolamento, impactando negativamente seu desenvolvimento.

Strobel (2008) em sua obra *O que é surdo?* relata sobre as vivências de exclusão e a importância da identidade surda na superação do isolamento. Skliar (1998) compartilha a ideia de que o isolamento social e educacional dos surdos, vêm visão social da surdez como deficiência e não como diferença linguística e cultural.

Neste aspecto, estudos como os de Rocha, Rodrigues e Silva (2013) evidenciam que a aceitação da Libras no ambiente familiar é essencial para que a criança surda não apenas desenvolva suas habilidades comunicativas, mas também se reconheça como sujeito cultural. Os autores destacam que a resistência de familiares em aprender Libras pode gerar no surdo um sentimento de isolamento. Em contrapartida, quando há envolvimento da família no processo, a criança surda experimenta uma convivência afetiva e significativa, o que contribui diretamente para a sua formação identitária e emocional.

A pesquisa de Silva (2021) reforça esse entendimento ao evidenciar que o apoio familiar é determinante no processo de aquisição da Libras e no fortalecimento da identidade surda. Segundo o autor, crianças surdas que foram inseridas em ambientes familiares onde havia o uso da Libras desde cedo demonstraram maior autonomia comunicativa e desenvolvimento emocional mais equilibrado. Já aquelas privadas dessa

convivência linguística enfrentaram dificuldades significativas de interação e autoestima.

Nessa linha, Dizeu e Caporali (2005) defendem que o contato precoce com a língua de sinais no ambiente familiar é crucial para a formação da identidade surda. Além disso, Rocha, Rodrigues e Silva (2013) ressaltam que o envolvimento da família com a Libras contribui para o fortalecimento da autoestima e do pertencimento dos sujeitos surdos.

Outro ponto que merece destaque é a formação de líderes surdos, é fundamental para a promoção de ações sociais em benefício da comunidade surda. Segundo Strobel (2008) e Skliar (1998) o protagonismo surdo é um elemento central na construção de identidade cultural própria, transpondo as diferenças, possibilitando a mobilização social, a luta por direitos linguísticos. Afirmam ainda, que a formação de sujeitos surdos críticos e engajados depende de práticas educacionais bilíngues e inclusivas, que valorizem a língua de sinais como instrumento de empoderamento.

Portanto, os indivíduos surdos que assumem posições de liderança podem atuar como agentes de mudança, defendendo os direitos e interesses da comunidade e promovendo a inclusão social. Para além do acesso, é necessário incentivar o protagonismo surdo, apoiando a formação de líderes surdos e garantindo sua representatividade em espaços de decisão política, social e educacional. Isso inclui a valorização da cultura surda, por meio de festivais, produções audiovisuais em Libras, e políticas públicas que reconheçam essa identidade como parte da diversidade brasileira.

De modo que, é essencial a inclusão profissional de pessoas surdas, com programas de qualificação, ambientes acessíveis e campanhas que combatam o preconceito linguístico e cultural. E a educação e o suporte familiar são fatores determinantes para o desenvolvimento de líderes surdos capazes de enfrentar os desafios e contribuir para o crescimento e bem-estar de toda a comunidade.

Além disso, aborda o papel da formação familiar e da educação no desenvolvimento da identidade surda, destacando a importância de práticas inclusivas e respeitadas que promovam a plena participação dos surdos em todos os âmbitos da sociedade.

Da Exclusão ao Empoderamento: A Luta Histórica pela Valorização da Libras e da Identidade Surda no Brasil

A comunidade surda preocupa-se com a estigmatização da língua para que esta não venha ser alvo de discriminação e exclusão social dos surdos em diversos contextos. Além da preocupação na necessidade de aumentar a conscientização sobre a importância da língua de sinais e da identidade surda, bem como promover a luta em prol dos direitos linguísticos e culturais da pessoa surda.

A educação é transformadora e embora muitos sejam os desafios enfrentados na busca pelo reconhecimento da identidade surda e apoio à língua de sinais, bem como ao acesso à educação bilíngue onde a Língua de Sinais é utilizada como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua (L2). Nas oportunidades de emprego, educação e participação social. Esta comunidade, diante destas barreiras permanecem unidas em prol de seus direitos, fazendo com que este e outros fatores a diferencie de outras comunidades (Fernandes e Moreira, 2009).

No início do século XVI, um fato veio colaborar, começou a se aceitar a ideia de que os surdos poderiam ser educados por meio de métodos pedagógicos convencionais, sem depender de explicações sobrenaturais. Segundo Lacerda (1998) pedagogos relatam que ao se empenharem em trabalhar as práticas pedagógicas com surdos, encontram diferentes resultados alcançados nas diversas abordagens educacionais desenvolvidas.

Isso, embora a fala fosse vista como principais estratégias para atingir tais metas, o ensino de tal e a compreensão da língua oral precisava ser alcançada. Além de que, tinham como objetivo principal da educação dos surdos capacitá-los a desenvolver pensamento, adquirir conhecimento e se comunicar com a comunidade ouvinte.

A educação dos surdos no Brasil, teve iniciativas específicas para a escolarização dos surdos passaram a ser sistematizadas e postas em prática com um caráter eminentemente normatizador, filantrópico e assistencialista em instituições voltadas para esse fim, além de ter sido originalmente influenciada por metodologias europeias, continuou no século XIX até meados do século XX, resultando na criação de instituições especiais que contavam com a atuação de professores

especializados na área da surdez. Conforme Guarinello *et al.*, 2006, p. 318):

Durante esse período, grupos de surdos também frequentavam o ensino regular, contudo sem ter acesso a atendimento diferenciado. Dessa forma, imperava a lógica de que dada a oportunidade de tais alunos frequentarem o ensino regular, caberia aos mesmos adaptarem-se às características desse sistema educacional de ensino e corresponderem às suas expectativas e demandas (Guarinello *et al.*, 2006, p. 318).

Nesse sentido, pesquisadores como Bueno (1998), Santana (2019), Bisol (2010) e Bisol (2011) têm contribuído nas pesquisas e discussões acerca da pessoa surda, sua linguagem e cultura. Além da valorização e do reconhecimento de sua identidade, da língua de sinais como uma língua legítima.

Já na década de 1990, foi proposto a inclusão dos surdos no ensino regular passando a ser reformulado a partir de uma nova perspectiva. As instituições deveriam reconhecer, respeitar e considerar as especificidades dos surdos na elaboração de suas propostas pedagógicas.

Uma das primeiras LS documentadas foi a Língua de Sinais Francesa (LSF), segundo Covezzi (2018), os professores franceses marcam, fortemente, presença na história da institucionalização e na constituição da língua de sinais dos Estados Unidos, assim como ocorreu, posteriormente no Brasil.

O Congresso de Milão, em 1880, foi um marco histórico impactando significativamente na história das comunidades surdas, proibindo as línguas de sinais. Pois, durante este congresso o método oralista influenciou a vida e o processo educacional do surdo em todo o mundo por mais de um século. Surgindo então um efeito devastador na preservação e desenvolvimento das línguas de sinais em muitos países.

No entanto, ao longo do século XX houve um ressurgimento do reconhecimento e valorização das línguas de sinais como línguas legítimas e autônomas. Impulsionado pelo ativismo surdo e por pesquisas que demonstraram a complexidade e a riqueza das LS. Segundo Cabello (2021), precisamos ver as lutas surdas como ações éticas, movimentos que

direcionam/buscam uma educação libertária, para formação em trocas significativas com uma língua partilhada que proporciona autonomia aos sujeitos surdos.

Nesta construção percebe-se a importância da LS na comunicação e na cultura surda, o que leva muitos países começaram a reconhecer oficialmente as línguas de sinais. Aumentando assim a educação bilíngue para surdos, com foco na LS como língua principal e no ensino do idioma oral como segunda língua. Neste aspecto, Hoffmeister, Karipi e Kourbetis (2022) consideram o ensino bilíngue de línguas para alunos Surdos envolve dois grandes entendimentos fundamentais: (1) estabelecer um ambiente favorável para que a língua seja adquirida; e (2) estabelecer um ambiente onde o ensino de LS envolve ensinar sobre a LS.

É a partir desta relação com a língua de sinais que pessoas ao utilizá-la passam a se identificar parte da comunidade. Explorando elementos como a língua, a comunidade, as experiências compartilhadas e a história. Segundo Santos (2012) em sua pesquisa sobre experiências vivenciadas por pessoas surdas, em um depoimento a pessoa diz que além do esporte, teatro, poesias e os encontros, “a cultura surda representa nossa língua, nossas experiências e nossa forma de ver o mundo. Ela é muito importante porque nos faz identificar com o grupo e viver feliz” (Santos, 2012, p. 115).

Podemos compreender que a língua facilita a comunicação e promove a inclusão social entre os surdos. Embora manter esta comunidade seja desafiador, estes possuem suas conquistas legais e muitas discussões têm sido promovida por pesquisadores da área neste aspecto (Garruti-Lourenço, 2017; Maia, 2017 e Jung 2011).

Para além disso, outros pesquisadores buscam conhecer a área, Honora (2019) práticas de inclusão, Santana (2019) surdez e linguagem, Witches e Lopes (2018) forma de vida surda e seus marcadores culturais. Além das questões apresentadas, outras discussões têm sido promovidas tendo por objetivo a inclusão da pessoa surda.

Honora (2019) levanta a preocupação com a aprendizagem da pessoa surda e afirma que devemos saber que apenas o uso de Libras, não é garantia de aprendizagem significativa e que é preciso contemplar a sala multifuncional, o ensino de Libras e de Língua Portuguesa escrita. Nesse sentido, e em concordância, com os pontos observa-se tais aspectos por considerar influenciadores na vida da pessoa surda, assim como em sua formação acadêmica e profissional.

Segundo Zavareze (2009), os caminhos hoje traçados são no sentido de tentar fazer uma inclusão mais justa. Remetendo a importância da língua de sinais na promoção da inclusão e da diversidade, proporcionando uma forma de comunicação acessível para pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Permitindo que elas possam ter participação plena na sociedade, considerando que o ouvinte possui a capacidade de aprender a sua língua para que a comunicação entre ambos seja facilitada.

A educação é um dos pilares para a inclusão social dos surdos, refletindo a um entendimento amplamente compartilhado na área da educação inclusiva e dos direitos das pessoas com deficiência auditiva. Diversos estudiosos, enfatizam a importância da educação na promoção da inclusão social dos surdos. Destacando que a educação é fundamental para a inclusão social de pessoas surdas, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e integração na sociedade.

Escolas que adotam a língua de sinais como meio de ensino e comunicação promovem um ambiente inclusivo e respeitoso, onde os surdos podem se desenvolver plenamente. Nesse contexto, De Paula (2009) argumenta que a escola brasileira, fortemente marcada por uma cultura burocrática e homogeneizadora, precisa ampliar seus limites para acolher culturas minoritárias, como a cultura surda. A autora destaca que a presença de outros indivíduos surdos no ambiente escolar é decisiva para a formação de uma identidade positiva, pois o uso compartilhado da Libras entre pares favorece o sentimento de pertencimento, a construção de significados próprios e o reconhecimento da diferença como valor.

Sofiato *et al.* (2021) exploram experiências de escolas bilíngues em Portugal e Brasil e apontam que, em ambos os países, o reconhecimento da língua de sinais como primeira língua, a valorização da cultura surda e o uso de práticas pedagógicas visuais favorecem a construção da identidade e o desenvolvimento integral dos sujeitos surdos. As escolas analisadas demonstram que a inclusão linguística e cultural é um processo coletivo, que vai além da simples presença em sala de aula.

Quadros (2009) defende que a presença de intérpretes com formação específica e professores bilíngues que atuam com surdos, como medida de acesso linguístico para alunos surdos. Dessa forma, é preciso refletir sobre o papel do intérprete neste processo educativo e a formação de professores capacitados para garantir que os surdos tenham acesso ao conhecimento e participem ativamente do processo educativo.

Por isso, uma das principais práticas inclusivas é o fortalecimento da educação bilíngue desde os primeiros anos escolares, garantindo que crianças surdas tenham acesso à Libras como primeira língua e ao português como segunda. Para isso, é fundamental investir na formação de professores bilíngues e na produção de materiais didáticos acessíveis.

Além disso, é necessário promover a capacitação de profissionais de diferentes áreas (saúde, justiça, segurança, cultura) para o uso da Libras e o respeito à cultura surda. A ampliação da acessibilidade comunicacional não deve ser vista como um benefício pontual, mas como uma prática de justiça social, assegurada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que reconhece a comunicação como um direito humano (Brasil, 2015).

Assim, a sociedade é desafiada a repensar seus meios e canais de comunicação, tornando-os verdadeiramente acessíveis e inclusivos. A ampliação da acessibilidade comunicacional envolve a presença de intérpretes de Libras em repartições públicas, eventos culturais, programas de televisão e ambientes universitários, bem como o uso ampliado de tecnologias assistivas, legendas e recursos visuais em espaços físicos e digitais. De acordo com a legislação vigente, como o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 10.436/2002, cabe ao poder público e às instituições garantir o uso da Libras como meio de comunicação e expressão, promovendo a inclusão por meio de ações institucionalizadas e do oferecimento de serviços de tradução e interpretação (Brasil, 2002; Brasil, 2005).

Embora legislações brasileiras, como a Lei nº 10.436/2002 e a Lei nº 14.191/2021 (Brasil 2021), assegurem direitos fundamentais à comunidade surda, a inclusão efetiva dos usuários da Libras continua a encontrar barreiras culturais e atitudinais. A sociedade majoritariamente ouvinte tende a invisibilizar a singularidade linguística e cultural dos surdos. Nesse sentido, os próprios autores reconhecem que os aspectos legais podem contribuir significativamente, desde que favoreçam a convivência com a diferença nos mais distintos ambientes da sociedade. Ainda assim, a falta de reconhecimento e valorização da Libras por parte da sociedade ouvinte, aliada à escassez de recursos, à ausência de políticas públicas efetivas e às dificuldades de acesso à educação de qualidade, permanecem como obstáculos concretos a serem superados.

Brito (2013) fez uma análise que mostra que a promulgação da Lei de Libras em 2002 representou uma virada histórica, ao consolidar direitos

antes tratados como assistencialismo. Entretanto, vinte anos após sua publicação, os dados indicam que a inclusão efetiva dos surdos nos espaços educacionais brasileiros ainda encontra entraves estruturais, como a escassez de profissionais fluentes em Libras, a resistência institucional e a fragilidade na implementação das políticas previstas. Refletindo a valorização da língua de sinais e a promoção de práticas inclusivas essenciais para garantir que os surdos tenham acesso a todos os direitos e oportunidades.

Considerações finais

A presente análise evidencia a conexão existente entre a língua de sinais, identidade surda e cultura, destacando a centralidade da comunicação visual e cultural presente na comunidade. Deste modo a Língua de Sinais emerge não apenas como um meio de comunicação, mas também como um componente essencial na formação e expressão da identidade surda.

Portanto, através da análise da comunicação por meio da utilização da língua de sinais e da cultura surda, possibilitou uma reflexão quanto a riqueza e a complexidade dessa comunidade. Assim sendo, a LS não é um sistema de comunicação alternativo, mas sim a manifestação da diversidade linguística e cultural da comunidade surda na comunicação com a comunidade ouvinte.

Desta forma, a Língua de Sinais é apropriada como uma expressão autêntica diversidade linguística e cultural da comunidade surda. Meio pelo qual os surdos se comunicam, refletindo suas próprias identidades e valores culturais. Cujas tal enriquece a experiência linguística e promove a inclusão e o entendimento entre diferentes grupos linguísticos.

A língua de sinais desempenha um papel central na vida dos surdos, influenciando diretamente a construção de sua identidade, cultura e relações sociais.

No entanto, apesar dos avanços na valorização da Língua de Sinais e na promoção da identidade surda, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. Entre eles a falta de reconhecimento e respeito pela Língua de Sinais, fator que pode se tornar uma barreira para a plena inclusão dos surdos na sociedade.

A teoria de Vygotsky (2000) nos ajuda a compreender como a interação social, mediada pela língua de sinais, é essencial para o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos surdos. A formação familiar e a educação são fatores cruciais nesse processo, contribuindo para o desenvolvimento de indivíduos surdos, confiantes e capazes de assumir lideranças em suas comunidades. No entanto, a preservação da língua e da cultura surda enfrenta diversos desafios, que precisam ser superados por meio de esforços conjuntos e práticas inclusivas. A valorização da língua de sinais e a promoção da inclusão social são essenciais para garantir que os surdos tenham acesso a todos os direitos e oportunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e diversa.

Em última análise, este estudo reafirma a importância de reconhecer e celebrar a diversidade humana em todas as suas formas, incluindo as diversas formas de comunicação e expressão cultural. Na busca em construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e justa para todos os seus membros, independentemente de sua forma de comunicação ou identidade cultural.

Portanto, promover práticas inclusivas e respeitadas não é apenas uma questão de equidade, mas um passo fundamental, onde a diferença não seja vista como limitação, mas como parte legítima do desenvolvimento humano.

Referências

BAALBAKI, Angela; CALDAS, Beatriz. Impacto do congresso de Milão sobre a língua dos sinais. *In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. 2011. p. 1885-1895.

BISOL, Cláudia A.; VALENTINI, Carla Beatris. **Surdez e deficiência auditiva-qual a diferença**. Objeto de Aprendizagem Incluir-UCS/FAPERGS, 2011.

BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 07-13, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: sessão 1, n. 79, Brasília, DF, p. 23, 25 de abril de 2002.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para dispor sobre a oferta de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2021.

BRITO, F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

BUENO, José Geraldo Silveira. Surdez, linguagem e cultura. **Cadernos Cedes**, v. 19, p. 41-56, 1998.

CABELLO, Janaina; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Marcas históricas do movimento ativista surdo em articulação ao pensamento prático de Paulo Freire e Michel Foucault. **Pro-Posições**, v. 32, p. e20210090, 2021.

COVEZZI, Marta Maria; PADILHA, Simone de Jesus. Contato de línguas no estudo de empréstimos linguísticos: Língua de Sinais Francesa/Libras. **Polifonia**, v. 25, n. 38.1, p. 174-192, 2018.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, n. 4, p. 68–77, 2004.

DE PAULA, Liana Salmeron Botelho. Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n. 3, p. 407–416, set./dez. 2009.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 583–597, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01 de abr. de 2025.

DO NASCIMENTO FONSECA, Suely Ferreira; DE ARAÚJO, Rummenigge Medeiros. Aquisição de Libras na educação infantil. **Revista**

Faculdade Famen REFFEN. ISSN 2675-0589, v. 2, n. 1, p. 111-129, 2021.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, L. C. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial** (UFSM), v. 22, p. 225-236, 2009.

FLORINDO, Girlane Maria Ferreira. **Acessibilidade, comunicação e interação:** aprendizagem de Língua Brasileira de Sinais pelos alunos do ensino médio integrado do Campus Taguatinga-IFB. 2015.

GARRUTI-LOURENÇO, E. A. Bilinguismo para surdos: das conquistas legais às suas garantias. **Educação Bilíngue para Surdos-Série Cadernos de Residência Pedagógica.** São Paulo: Alameda, p. 17-32, 2017.

GUARINELLO, Ana Cristina et al., A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, p. 317-330, 2006.

HOFFMEISTER, Robert J.; KARIPI, Spyridoula; KOURBETIS, Vassilis. Materiais curriculares bilíngues que apoiam a língua de sinais como primeira língua para alunos surdos: A integração da tecnologia, aprendizagem e ensino. **Momento- Diálogos em Educação**, v. 31, n. 02, p. 225-254, 2022.

HONORA, Márcia.; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves.; **Esclarecendo as deficiências:** aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

JUNG, Ana Paula. **Movimentos sociais no protagonismo político:** a Comunidade Surda Brasileira e sua luta por reconhecimento e efetivação de direitos. 2011.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 46, p. 68–80, set. 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 17, p. 153–176, 2001. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

MAIA, Maria Inez Souza. A importância da história dos surdos para o avanço da educação. **Porto das Letras**, v. 3, n. 1, p. 101-111, 2017.

MARTINS, Mateus Rezende; ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes. Cultura, língua e identidade surda: da inclusão à educação bilíngue. **Revista Primeira Escrita**, v. 11, n. 2, p. 20–34, 2024.

MUNCINELLI, S. E. LIBRAS: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS. **Extensão em Foco** (ISSN: 2317-9791), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27–33, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/extensao/article/view/art03>. Acesso em: 8 maio. 2024.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Surdos: O narrar e a política. Revista. **Revista de Educação e Processos inclusivos**, UFSC/ CED/ NUP/ Florianópolis, nº 5, 2003.

PERLIN, Gladis; STROBEL, K. **História cultural dos surdos**: desafio contemporâneo. 2014.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de. Libras. São Paulo: Parábola, 2019.

QUADROS, Ronice. **Educação de surdos** – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROCHA, Doriane Aparecida da; PASIAN, Sonia Regina. A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos após a Lei de Libras. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 20, n. 58, p. 165–188, 2023. DOI: 10.5935/2238-1279.20230027.

ROCHA, L. R. M.; RODRIGUES, L.; SILVA, T. A importância da Língua de Sinais no seio familiar do surdo. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial Londrina de 05 a 07 novembro de 2013**, p. 2355-2365. 2013.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; OLIVEIRA, Jaima Pinheiro de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-16, 2022.

SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem. BOD GmbH DE, 2019.

SANTOS, Divina Ferreira dos; BARRIOS, Maria Elba Medina. A importância do aprendizado da língua de sinais entre familiares de pessoas surdas. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 34, n. 1, p. 627-638, 2024.

SANTOS, Taiane Santos dos. **Narrativas surdas**: experiências na comunidade e na cultura surda e a constituição de identidades. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1987.

SILVA, Pedro Henrique de Macedo. **A família como fator de apoio à aquisição da Libras por crianças surdas**. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. Bilinguismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 44–47, maio/ago. 1998.

SOFIATO, Cássia Geciauskas; CARVALHO, Paulo Vaz de; COELHO, Orquídea. Experiências de educação bilíngue para surdos: entrelaçamentos entre Brasil e Portugal. *In*: SILVA, RAF Da; HOLLOSI, M. (orgs.). **Educação de surdos, linguagens e experiências**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 69–104.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Construção do pensamento e linguagem**: as raízes genéticas do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Forma de vida surda e seus marcadores culturais. **Revista Educação em Revista**. V.34. 2018.

ZAVAREZE, Taís Evangelho. A construção histórico-cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. **Psicologia**. PT: o portal dos psicólogos, Portugal, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2009.